

— REVISTA —  
**DOS PETROLEIROS** PR-e-SC



EDIÇÃO Nº 06 | JULHO DE 2015



**A  
MAIOR  
TRAGÉDIA  
AMBIENTAL  
DO PARANÁ**



**DEFENDER A  
PETROBRÁS  
É DEFENDER O  
BRASIL!**







## EDITORIAL

*Há 15 anos um acidente de grande proporção manchava de preto os rios Barigui e Iguaçu e também a imagem da Petrobrás. Tudo o que o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso semeou em relação à empresa dava seus amargos frutos. O vazamento de petróleo de um duto que liga o Terminal de São Francisco do Sul à Repar deixou a sociedade perplexa. Foram quatro milhões de litros de óleo cru rio abaixo, a uma distância de aproximadamente 100 km até a última barreira de contenção.*

*As consequências à fauna e a flora da região foram devastadoras, assim como as*

*sequelas nos trabalhadores que ficaram expostos aos agentes químicos do petróleo, pois atuaram na limpeza sem qualificação e equipamentos de proteção adequados.*

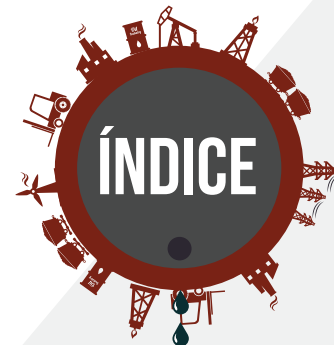
*Uma sucessão de falhas em equipamentos e situações de emergência aconteceram simultaneamente e tardaram a detecção do vazamento. O efetivo de trabalhadores extremamente reduzido também foi apontado como causa. Porém, a direção da Petrobras empurrou para os trabalhadores o desencadear de sua política de gestão em manutenção, segurança e meio ambiente. À mídia, a empresa afirmou que o acidente ocorreu por*

*“falha humana e descumprimento de procedimentos operacionais.” Uma postura covarde. O relatório de uma comissão mista instaurada pelo CREA-PR apontou as reais causas do vazamento e descartou totalmente a alegação dos gestores.*

*Esta edição especial da Revista dos Petroleiros investigou o acidente a partir de pesquisas e entrevistas com trabalhadores envolvidos naquele episódio. O motivo desta publicação, para além de ser uma descomemoração daquela tragédia, é elucidar a história e alertar que um acidente não é fruto do acaso, mas um evento socialmente construído.*

O caminho do petróleo

5



15 anos do maior acidente ambiental do Paraná

6

Falhas e sobrecarga de trabalho atrasaram a detecção do vazamento

10

Punições

12

Entrevista - Juracir Francisco da Silva

13

Falta de efetivo, terceirização e sucateamento

16

Redução do efetivo e acidentes

18

A Petrobrás (brax) nos tempos de FHC

20

Lembrar e lutar para nunca mais acontecer

22

## EXPEDIENTE

A **Revista do Sindipetro** é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina - [www.sindipetroprsc.org.br](http://www.sindipetroprsc.org.br)

**Sede em Curitiba:** Rua Lamenha Lins, 2064 - CEP 80220-080 - tel./fax: (41) 3332-4554 - e-mail: [faleconosco@sindipetroprsc.org.br](mailto:faleconosco@sindipetroprsc.org.br).

**Regional São Mateus do Sul:** Rua Paulino Vaz da Silva, 535 - CEP 83900-000 - tel./fax: (42) 3532-1442 - e-mail: [saomateus@sindipetroprsc.org.br](mailto:saomateus@sindipetroprsc.org.br)

**Regional Paranaguá:** Rua Odilon Mader, 480 - CEP 83206-080 - tel./fax: (41) 3424-0255 - e-mail: [paranagua@sindipetroprsc.org.br](mailto:paranagua@sindipetroprsc.org.br)

**Regional Joinville-SC:** Rua Elly Soares, 127, sala 2 - CEP 89211-715 - tel.: (47) 3025-4014 - e-mail: [joinville@sindipetroprsc.org.br](mailto:joinville@sindipetroprsc.org.br)

**Textos e Jornalista Responsável:** Davi S. Macedo (MTb 5462 SRTE/PR)

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Abridor de Latas - Comunicação Sindical - [www.abridordelatas.com.br](http://www.abridordelatas.com.br)

**Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 3 mil exemplares | **Distribuição gratuita e dirigida**

**Diretoria:** Adenilson de Paiva Domingues, Adriano Norberto Flores, Adriano Savitras, Aires Josiel Warnik da Porciuncula, Alexandro Guilherme Jorge, Anacélie de Assis Azevedo, André Luis dos Santos, Anselmo Ernesto Ruoso Junior, Antonio Carlos da Silva, Celso José Cordeiro, Claudiney Batista, Cleverton Rafael Fabricio Padilha, Dagoberto Schffer Hertzog, Debora Thamm Alves, Evaldo Lamin Filho (in memoriam), Faissal Bark, Fernando Antonio de Melo, Fernando José Vieira, Jessé Souza de Melo, Jordano Marcio Zanarti, José Sultowski, Leomar Setti, Luciano Zanetti, Luiz Antonio dos Santos, Manoel Mendes, Marcio Ricardo Marinho, Maria de Lourdes Lozano Granero e Silva, Mario Alberto Dal Zot, Michael Bertier, Miguel Saif, Natálio Laurindo Roncada, Oilson Lopes, Rafael Palenske Andrade, Rodrigo Carneiro Pellegrini, Rodrigo Midiero Mansor, Roni Anderson Barbosa, Rosane Carvalho Dias, Rui Dalcion Rocha Rossetim, Silvaney Bernardi, Tiago Schmidt Olivetti, Uriel de Oliveira, Valton Witikowski



# O caminho do petróleo

O vazamento do dia 16 de julho de 2000 ocorreu durante a operação de transferência de petróleo do Terminal de São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina, para a Refinaria de Araucária, região metropolitana de Curitiba.

O petróleo é transferido de navios petroleiros em um sistema composto por uma monobóia de recebimento (construída na década de 70), distante a aproximadamente 11,5 km da costa.

1

1

Dessa monobóia o petróleo é enviado aos tranques do Terminal Transpetro de São Francisco do Sul (Tefran) por meio de dois oleodutos submarinos, sendo então bombeado, também por dutos, para a Estação Intermediária de Itararé, posto de recalque localizado no pé da Serra do Mar, no município de Guaratuba-PR.

2

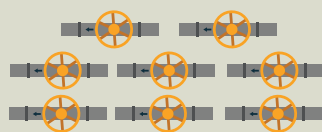
2

Daquela estação, é conduzido para a Repar (65 km de distância), localizada em Araucária-PR, passando antes por Tijucas do Sul-PR (próximo à Represa da Vossoroca e afluentes) e São José dos Pinhais, áreas de mananciais de abastecimento público.

3

3

A extensão do Oleoduto Santa Catarina – Paraná (Ospar) é de cerca de 120 km



Existem oito válvulas de bloqueio ao longo do trajeto



A vazão é de cerca de 35 mil m<sup>3</sup>/dia

Os diâmetros dos dutos são de 30" (trecho terrestre) e 34" (trecho submerso da monobóia até o Tefran)



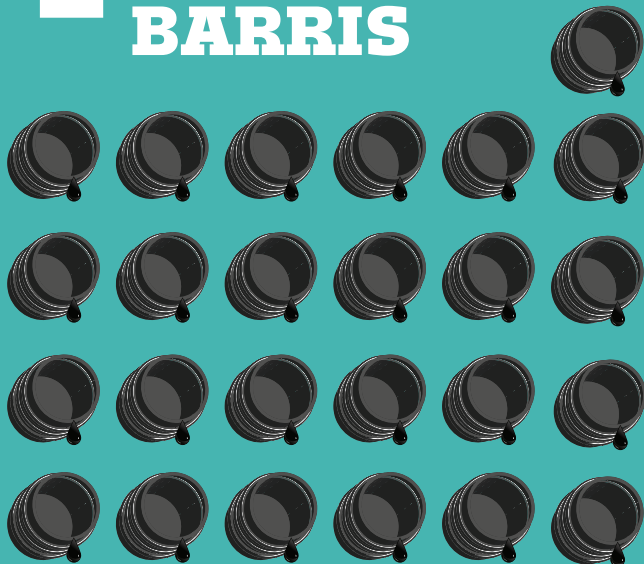
# 15 ANOS DO MAIOR acidente ambiental do Paraná

*16 de julho de 2000, domingo. O que seria um dia tranquilo acabou por se tornar em uma data marcada pela tragédia. No início da tarde daquele dia, um vazamento de proporções gigantescas derramou óleo que seria refinado na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária.*


No total, quatro milhões de litros de petróleo cru vazaram de um duto do OSPAR (Oleoduto Santa Catarina – Paraná) e contaminavam a bacia do Arroio Saldanha e os rios Barigui e Iguaçu. O derramamento foi equivalente a pouco mais de 25 mil barris ou 115 piscinas grandes (capacidade de 35 mil litros). O óleo percorreu uma distância de aproximadamente 100 quilômetros da refinaria.



≈ **25 MIL BARRIS**



**TRABALHADORES  
ATUARAM NA  
LIMPEZA DOS RIOS**

 **SEM  
ATENDIMENTO  
MÉDICO**



**REFEIÇÕES  
ÀS BEIRAS  
DOS RIOS**



O episódio caracterizou-se como o maior desastre ambiental do Paraná e um dos maiores da história da Petrobrás e do Brasil, juntamente com os acidentes do afundamento da Plataforma P-36 (15/03/2001) e do vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível nas águas da Baía de Guanabara (18/01/2000), ambos no Rio de Janeiro. Essa série de sinistros, perfeitamente evitáveis, deixou evidente o sucateamento que a Petrobrás sofreu ao longo do período dos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, cuja intenção era privatizar a estatal petrolífera.

Nos dias posteriores à tragédia da Repar, o cenário era tenebroso. A mancha negra chegava a cobrir todo o leito dos rios em determinados pontos. A fauna e a flora local foram devastadas. Levantamento do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) apontou que de cada oito animais retirados pelas equipes de resgate, apenas um sobrevivia.

O vazamento evidenciou o despreparo da empresa no atendimento a acidentes de grandes proporções. Centenas de trabalhadores foram recrutados para atuar na limpeza dos rios sem exames admissionais, sem qualquer tipo de capacitação e, pior ainda, sem equipamentos básicos

de segurança. Muitos passavam mal durante o trabalho e não tinham atendimento médico adequado. As refeições eram feitas às beiras dos rios, sem condições mínimas de higiene.

Quantificar as vítimas e as consequências do desastre, seja na fauna, flora ou nos humanos, é impossível; porém, dois casos mostraram as condições insalubres do trabalho em contato direto com hidrocarbonetos. José Marcondes da Luz atuou na limpeza dos rios e apresentou uma série de enfermidades após o fato. O Sindipetro Paraná e Santa Catarina auxiliou o trabalhador com ajuda de custo e assessoria jurídica na ação movida contra a empresa terceirizada e a Petrobrás. Infelizmente, Mar-







condes não viveu o suficiente para que a Justiça fosse feita. Faleceu no dia 30 de outubro de 2010 devido às doenças desenvolvidas naquele trabalho. Outra vítima emblemática foi Juracir Francisco da Silva, que demonstrou complicações de saúde enquanto ainda estava empregado na contenção e remoção do petróleo nos rios. Poucos dias depois, ficou paraplégico de forma permanente e apresenta uma série

de doenças relacionadas ao contato com o óleo. Recentemente, a Justiça reconheceu o nexo-causal no caso de Juracir e a Petrobrás foi condenada a pagar uma indenização vitalícia, em ação movida com o apoio do Sindicato e sua assessoria jurídica.

A postura da empresa foi vexatória em todos os aspectos. Desde o tratamento aos terceirizados que atuaram na limpeza do óleo até a versão sobre as causas

do acidente. De acordo com a gestão da refinaria da época, a Comissão de Sindicância interna concluiu que o vazamento foi “decorrente da ruptura da junta de expansão localizada a jusante de uma das válvulas do sistema de controle de fluxo na área do ‘scraper trap’”, e, ainda, que o “acidente foi produzido por falha humana”, e que a “extensão do vazamento foi decorrente da inobservância de procedimentos operacionais”.







O relatório da Comissão Mista do CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado Paraná) nomeada para analisar o acidente na Repar/Petrobrás contestou a versão da empresa. Diz um trecho do documento: “o que se observa, na verdade, com base em toda documentação coletada, é que a empresa pretende, mais uma vez, explicar evento de tal magnitude como mera consequência de erro humano e falha pontual

de equipamento, quando salta aos olhos que há um processo de falhas e/ou fragilidades estruturais e organizacionais, o que inclui as decisões gerenciais, que explicam não somente este acidente, mas, com efeito, todos os demais ocorridos na Petrobrás nos últimos anos”.

Atualmente, passados 15 anos do acidente, as consequências ainda são percebidas. As perícias requisitadas pela Justiça para avaliar as condições da ve-

getação, mamíferos, aves, peixes e anfíbios do local, assim como a qualidade do solo e do ar, serviram de subsídio à condenação da Petrobrás. “Da leitura da prova pericial realizada, extrai-se que o petróleo derramado sofreu evaporação e, na verdade, até hoje evapora, causando poluição do ar e possíveis danos à saúde dos seres vivos”, diz a parte da sentença que impôs à Petrobrás uma multa bilionária em decorrência do vazamento.





# FALHAS E SOBRECARGA

## atrasaram a detecção do vazamento

Uma série de ocorrências aliadas ao fator complicador da implantação do modelo de trabalho em multifunção resultou na demora em detectar o vazamento que ocasionou a maior tragédia ambiental do Paraná.

Por decisão gerencial da época, não havia mais um operador responsável pela área de óleo cru. Apenas uma pessoa no painel de controle acompanhava de 30 a 50 operações simultâneas de transferência. Concomitantemente, no momento do vazamento o efetivo da Repar estava empenhado no atendimento de uma série

de emergências que aconteciam na unidade industrial: um gerador havia parado, ocorria contaminação por gás sulfídrico na Casa de Força (Cafor) e a paralisação da unidade de desasfaltação.

Para prejudicar ainda mais a detecção do vazamento, o sistema operacional de computadores da refinaria registrou cinco quedas no fatídico 16 de julho de 2000. Porém, as falhas não estavam restritas aos computadores. O sistema de proteção do duto, composto por sensores que comunicam ao painel as condições de

pressão e vazão do produto na chegada à refinaria, não estava funcionando há cinco dias. A junta de expansão que rompeu e causou o vazamento já havia sido identificada como um ponto frágil na linha.

Quando os petroleiros da Repar perceberam o vazamento e acionaram o botão de emergência, a válvula catraca não funcionou e o óleo continuou derramando. Os trabalhadores tiveram que telefonar para o Terminal Transpetro de São Francisco do Sul (Tefran) para pedir a interrupção do bombeamento.

## UM DIA TUMULTUADO



Nove dias após o acidente, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) interditou o oleoduto, o que reduziu a carga de processamento na refinaria. Para desespero dos gestores da Repar naquele tempo, o próprio ministro de Minas e Energia, Rodolpho

Tourinho, admitiu publicamente que as condições críticas de segurança nas unidades da Petrobrás era “fruto da falta de investimentos na Petrobrás nos últimos anos”. Cada vez mais a alegação da empresa de que houve falha humana caía por terra.



11:00



04

15:00

15:30

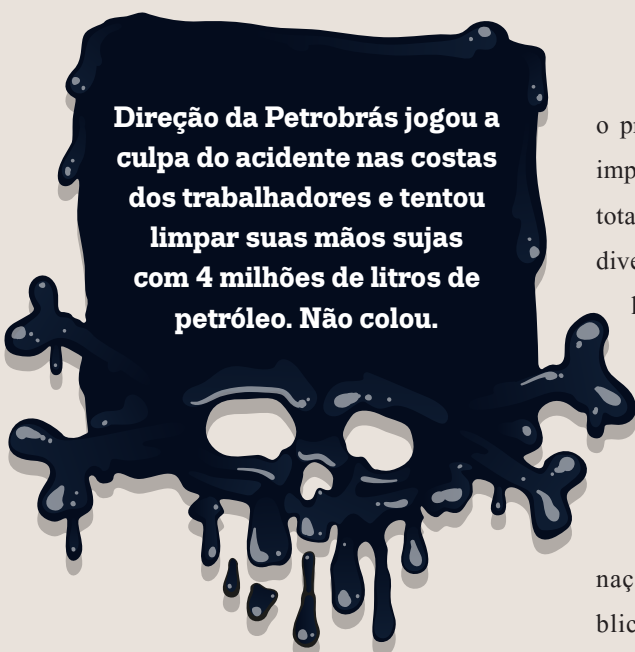
*Foi constatado o vazamento de petróleo, iniciado por volta das 13h40.*

*Apesar dos esforços dos poucos operadores em segurar a unidade, mais uma “cavitação” da MB-2520 (bomba que apresentava problema há 3 anos) provocou uma parada emergencial do SEDASF (U-2500). Três operadores que estavam de folga foram convocados para que a parada acontecesse com a segurança possível. Como sempre, tais emergências geraram estresse e muita correria, além de ter envolvido outros setores, principalmente o Transferência e Estocagem (TE), responsável pelo fornecimento dos produtos adequados à lavagem dos equipamentos e tanques para os produtos não especificados.*

*Aconteceu um (trip) (queda) da GV 5602, uma das caldeiras da Cafor, provocada por problemas na turbina do soprador.*



# PUNIÇÕES



**Direção da Petrobrás jogou a culpa do acidente nas costas dos trabalhadores e tentou limpar suas mãos sujas com 4 milhões de litros de petróleo. Não colou.**

Reconhecer que o vazamento nos rios Barigui e Iguaçu foi causado por uma política de sucateamento das instalações e precarização das relações de trabalho nunca passou pela cabeça dos gestores que estavam à frente da empresa. A Comissão Interna criada para apurar os fatos, da qual o Sindipetro Paraná e Santa Catarina foi impedido de participar, apontou a falha humana como única causa do grave acidente.

A direção e as gerências da Petrobras à época estavam alinhadas com

o projeto de privatização da empresa e implantaram uma política de descaso total com a segurança nas unidades. Os diversos vazamentos registrados naquele tempo ocasionavam danos ao meio ambiente, mas também manchavam a imagem da estatal, dando mais munição para os entusiastas entreguistas do patrimônio nacional.

A Petrobras que a categoria e a nação almejavam era uma empresa pública forte, preocupada com a sociedade, o meio ambiente e a segurança dos trabalhadores. Ao contrário, o governo FHC e a direção da empresa pretendiam acelerar a entrega da empresa à iniciativa privada. Ao invés de reconhecer a falta de seriedade na política gerencial de segurança, a direção da companhia optou por jogar a culpa nos trabalhadores.

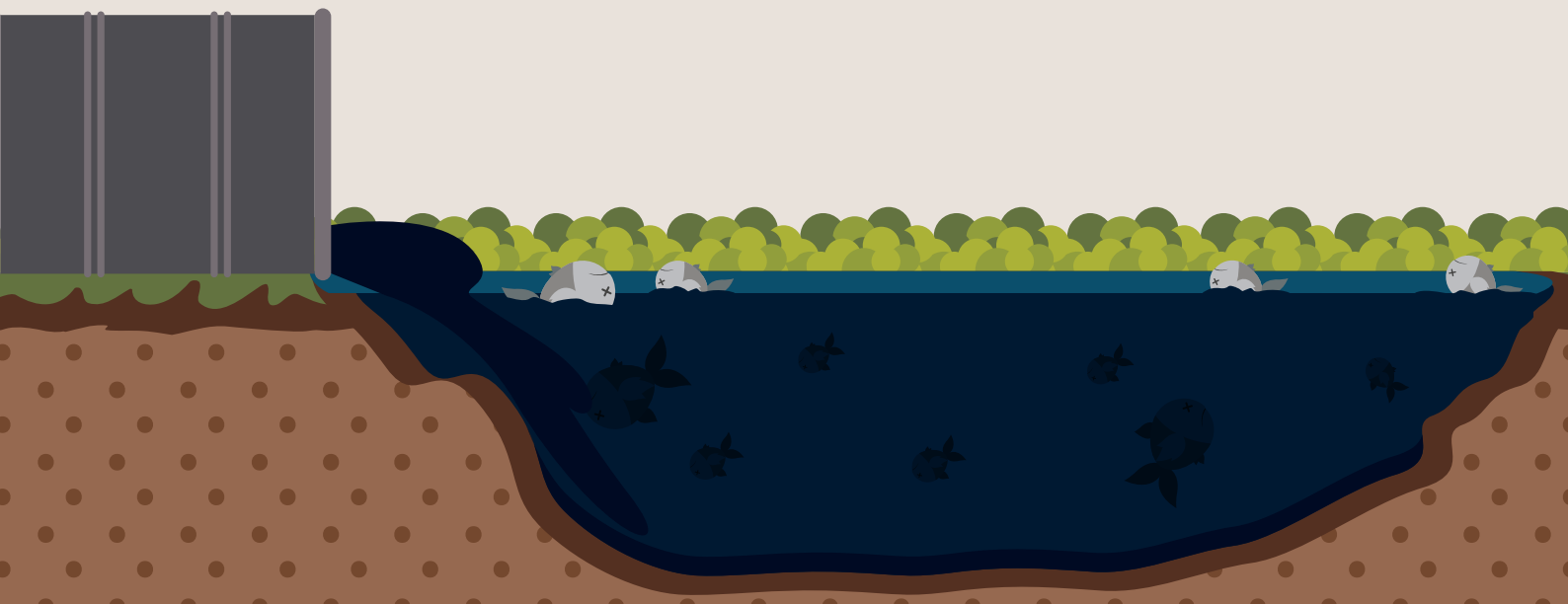
Como forma de retaliação ao acidente causado pela própria gestão, a direção da Petrobras jogou a culpa nos trabalhadores e anunciou no dia 02 de agosto de 2000 a demissão de quatro

trabalhadores, sendo dois operadores da Repar e um engenheiro e um supervisor/operador do Terminal de São Francisco do Sul, além de outras oito punições.

As retaliações não pararam por aí. O gerente-geral Eduardo Valente, que assumiu o cargo poucos meses antes do acidente, perdeu o posto. O mesmo aconteceu com diversos chefes de setores.

Segundo relato de petroleiros que trabalhavam na Repar quando houve o vazamento, os primeiros vinte dias após o acidente foram os piores. A direção da Petrobrás tratava todos como culpados. O clima era de terror na unidade industrial.

O constrangimento também partiu de parte da sociedade, pois algumas semanas antes do acidente da Repar ocorreu o vazamento na Bahia de Guanabara. Ao público pareceu que a Petrobrás não era uma empresa confiável com relação à gestão de meio ambiente. A imagem da categoria e da empresa foi prejudicada pelos desastres ambientais causados da política de gestão neoliberal.



# Para amenizar o sofrimento



*Se você ouvisse apenas a voz tranquila, com fala pausada, de Juracir Francisco da Silva, não poderia imaginar que é de um homem que tanto sofreu nos últimos 15 anos. Paraplégico e com várias sequelas devido à contaminação durante os serviços de limpeza dos quatro milhões de litros de petróleo que vazaram de um duto da Repar para os rios Barigui e Iguaçu, Juracir leva uma vida com muitas dificuldades.*



*O Sindipetro Paraná e Santa Catarina e a categoria petroleira sempre foram sensíveis à causa deste trabalhador. Auxílio mensal, ajuda nas despesas com remédios e o apoio com a assessoria jurídica foram as formas encontradas para ajudar o companheiro. Recentemente veio uma boa notícia, a Petrobrás foi condenada em última instância a pagar indenização e pensão mensal a Juracir. Conheça um pouco dessa história contada por ele mesmo.*



**RP – Como aconteceu o recrutamento para trabalhar na limpeza dos rios?**

**JURACIR** - Não lembro direito. Uma das coisas que aconteceram comigo é a falha da memória. Por exemplo, eu converso com você agora, se passar por mim na rua daqui a pouco eu vou embora e você vai achar que eu te ignorei, mas a verdade é que eu não lembro, principalmente de fisionomias e nomes. Isso me confunde, porque às vezes eu lembro do nome, mas não recordo do rosto da pessoa e vice-versa.

**RP – Você lembra ao menos das condições de trabalho?**

**JURACIR** - O que mais comentam dentro de casa e eu tenho um pouco de lembrança é da maneira como trabalhávamos. O que a gente usava era a roupa do corpo, calça jeans, camiseta e blusa, porque era uma época de frio. Nada de equipamento de proteção; eu nem sabia o que era isso. A gente vinha com aquela roupa suja de óleo para

casa e voltava lá no dia seguinte do mesmo jeito. Outra coisa era o que a gente comia ali. Não tinha nem como lavar a mão, sem higiene nenhuma. Eles traziam marmitas e a gente tinha que comer ali na beira daquele rio todo contaminado de petróleo.

**RP – Qual empresa lhe contratou e quanto tempo você trabalhou na limpeza dos rios?**

**JURACIR** - A empresa que me contratou foi a Arauserv e lá trabalhei por... (Juracir franze as sobrancelhas em um esforço para tentar lembrar, mas recorre a esposa, que responde: 9 dias). Acho que foi isso mesmo, 9 dias.

**RP – Quais foram os primeiros sintomas e como era o atendimento médico no local?**

**JURACIR** - Comecei a passar mal lá na beira do rio, mas não tinha pessoal específico da saúde lá para ajudar a gente. O que faziam era dar aquele remédio, como era

mesmo no nome (pausa por alguns instantes), tylenol! Aí a gente continuava trabalhando. Uma coisa que eu lembro é que sentia muita dor no corpo, na cabeça e vomitava bastante. Hoje eu não posso sentir nem o cheiro daqueles venenos que a gente passa dentro de casa.

**RP – Com você sentiu seu quadro de saúde agravar?**

**JURACIR** - Depois de trabalhar todos aqueles dias naquela situação, eu passei muito mal durante uma noite toda e reclamei no dia seguinte no trabalho que estava passando mal. Um dia depois a empresa me demitiu. Naquele dia eu já nem aguentava parar em pé. Fui para casa, deitei na cama e quando acordei no dia seguinte não conseguia mais andar. Sabe quando você está deitado por muito tempo aí você levanta? Então, eu tentei levantar só que não subia. Fiquei paraplégico e de lá para cá só piorou. Hoje eu dependo de sonda

de alívio. Como estou obeso, eu tomo um remédio para não ter que ir muitas vezes ao banheiro. Depois de um tempo, tomo outro remédio para poder ir ao banheiro. Perdi a audição do ouvido direito e um pouco da audição do esquerdo, mas eu uso um aparelho. A visão do olho direito também ficou bem prejudicada, só enxergo alguns poucos metros a minha frente.

### **RP – Como foi sua condição de vida desde o acidente?**

**JURACIR** - Desde que eu trabalhei na limpeza do rio minha vida tem sido muito sofrida. Muitas vezes eu via meus filhos precisarem de um calçado ou de um material escolar e não podia comprar. Vê-los quererem passear e não poder proporcionar aquilo, sabe. Até comigo mesmo, muitas vezes a minha cadeira quebrava e eu não tinha como consertá-la. Cheguei a ficar quatros meses com ela estragada. Eu respondo sem medo. Se eu pudesse voltar no passado, nunca toparia aquele serviço. Porque, assim, você ter a sua saúde e poder andar é tudo. Hoje eu não posso fazer nada. Eu passei quinze anos preso por um crime que eu não cometi. Porque é só dentro de casa. Eu moro em Foz do Iguaçu há quase 10 anos, mas eu não conheço nada além de hospitais e postos de saúde. Se você chegar para os meus filhos e perguntar

o que eles conhecem, vão te responder a mesma coisa.

### **RP – Qual o sentimento com a decisão final favorável na Justiça?**

**JURACIR** - Agora, com o fim da ação, a sensação não é nem da recompensa, mas de Justiça. De você saber que foi feita justiça daquilo que fizeram com você. Na verdade eu espero que isso não aconteça com mais ninguém. Porque assim, uma coisa é você me dar uma tapinha nas costas e dizer “Juracir, pagaram todos os seus direitos”. Agora, outra coisa é você viver com o preconceito das pessoas pelo resto da sua vida. Ser cadeirante hoje em dia é aguentar os outros te olhando, comentando sobre você. Aconteceu várias vezes em Foz do Iguaçu, as pessoas pararem do lado meu lado e disserem “para de comer que aí você consegue andar”. Eu simplesmente ia embora; vai falar o que para uma pessoa dessas? Uma das coisas mais difíceis é lidar com o preconceito. Nenhum dinheiro no mundo paga isso. Não tem juiz, promotor ou qualquer um que seja. Isso eu vou carregar para o resto da minha vida.

Tem algo que eu não costumo contar, mas o acidente de trabalho não atingiu apenas a minha saúde. Chegou até a minha família. Um dos meus entes queridos se afastou por causa da minha

condição. Isso a Petrobrás não vai me devolver.

### **RP – A ajuda solidária dos petroleiros e do Sindipetro foi válida?**

**JURACIR** - Eu sempre digo que se não fosse esse sindicato, a categoria petroleira e esses sindicalistas que aqui trabalham, a família do Juracir não existia mais, o Juracir não existia mais! Graças ao esforço deles, a batalha deles, o companheirismo, sabe? Eu me sinto gente quando eu venho aqui, porque aqui eu sou bem tratado. Se não fosse essas pessoas acho que a gente não existia mais. Como uma pessoa na minha situação iria cuidar de quatro filhos e uma esposa? Não tinha como.

### **RP – O que você quer para o futuro?**

**JURACIR** - Eu quero ver meus filhos se formarem, eu quero que eles estudem. Façam bons cursos, se profissionalizem. Que possam passear e se divertir um pouquinho, porque nesses quinze anos foi praticamente só agonia. Então agora eu quero que eles tenham pelo menos um pouco de liberdade e um pouco de felicidade. Para mim, eu já fiquei super feliz, e vou carregar essa felicidade para o resto da vida, por saber que no meu caso foi feito justiça. Essa é a minha felicidade. Não tem nada no mundo que possa me dar mais prazer do que eu estou sentindo agora, que é saber que foi reconhecido isso.

**“Depois de trabalhar todos aqueles dias naquela situação, eu passei muito mal durante uma noite toda e reclamei no dia seguinte no trabalho que estava passando mal. Um dia depois a empresa me demitiu. Fui para casa, deitei na cama e quando acordei no dia seguinte não conseguia mais andar”.**



# FALTA DE EFETIVO, terceirização e sucateamento: o tripé da desgraça entre as causas do acidente

Uma Comissão Mista nomeada para analisar o vazamento foi instaurada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná (CREA-PR). Várias entidades e instituições participaram das investigações das causas, tais como o Sindipetro PR e SC, UFPR, PUC-PR, Sindiquímica-PR, Sindicato dos Engenheiros, Instituto de Engenharia do Paraná, entre outros.

Para além das causas estruturais apontadas, o relatório da Comissão cha-

mou atenção para ações de gestão da empresa que contribuíram para que o acidente acontecesse, todas ligadas ao processo de precarização e sucateamento que a Petrobrás estava sujeita.

A começar pelo efetivo, o relatório afirmou que “a diminuição acentuada, nos últimos dez anos (1990 – 2000), do número de operadores por unidade, que mesmo em condições normais de operação passam

**10 ANOS**  
**REDUÇÃO DE 48%**  
**DO EFETIVO**



a executar um número maior de tarefas e funções, o que prejudica a qualidade do trabalho e causa aumento do grau de risco; se comparados os dados de 1990 (349 por turno) e julho de 2000 (180 por turno), observa-se uma redução de 48%”.

As investigações constataram que a extinção de postos de trabalho, justificadas pela implantação de sistemas supostamente “automatizados”, provocou a eliminação de uma série de atividades de verificação, sendo mais atingidas as áreas de operação, manutenção e segurança industrial.

A precarização das condições de trabalho geradas pela terceirização também foi apontada como causa do acidente. “a terceirização da mão-de-obra caracterizada pela alta rotatividade que impossibilita o treinamento adequado e a acumulação da experiência profissional que capacita para atuar em uma planta de petróleo, como ocorre com os trabalhadores fixos da empresa (ainda que, mesmo pra os seus próprios empregados, a Petrobrás tenha rebaixado seus níveis de treinamento). Fato ilustrativo é que os terceirizados são os mais atingidos por acidentes e mortes

na Petrobrás e são frequentes os problemas trabalhistas de toda ordem”.

Somam-se ainda aos principais aos agentes causadores do acidente, segundo o relatório do CREA-PR, a precarização das atividades de manutenção como forma de se antecipar e corrigir problemas.

O documento contraria a versão da empresa de que a principal causa teria sido falha humana e inobservância de procedimentos operacionais ao trazer como primeira recomendação a anulação de todas as punições aplicadas ao quadro funcional em decorrência do desastre ambiental.

A investigação não deixa dúvidas que o vazamento seria totalmente evitável acaso a estatal não estivesse sob um processo de sucateamento para concretizar o plano de privatização do governo à época.

**EXTINÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO**

**OPERAÇÃO MANUTENÇÃO E SEGURANÇA**

**PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**GERADA PELA TERCEIRIZAÇÃO**

**PRECARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO**

**FALTA DE INVESTIMENTOS**





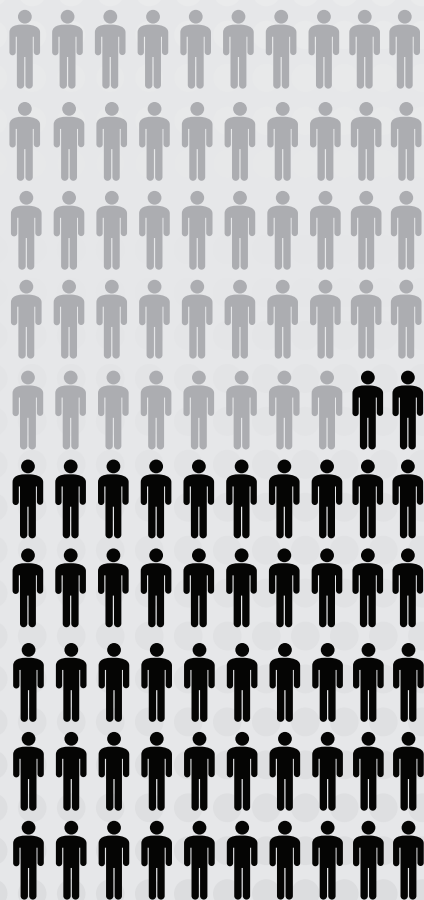


**O MAIOR  
ACIDENTE  
AMBIENTAL  
DO PARANÁ**



**4º MAIOR DA  
INDÚSTRIA  
DO  
PETRÓLEO  
- ÁGUA DOCE.**

## 48% MENOS TRABALHADORES



# REDUÇÃO DO EFETIVO e acidentes

*A ocorrência de graves acidentes na Petrobrás está diretamente ligada à redução do efetivo. Não há coincidência, um acidente é um evento socialmente construído.*

No início dos anos 90, a Petrobrás impôs um programa de redução do efetivo com a justificativa da automação industrial, o que na prática não aconteceu. Houve apenas a troca de hardware para controle do sistema analógico para o digital, e não de equipamentos físicos de campo. A empresa também aderiu a fatídica técnica de administração chamada downsizing, que prega demissões, achatamento da estrutura organizacional, redução de custos e racionalização. Na indústria do petróleo, o downsizing parece mais com uma receita da tragédia, o que de fato ocorreu alguns anos mais tarde.

A política de redução de efetivo da década de 90 foi tão intensa que enxugou 48% do quadro funcional da Petrobrás. Paralelo à diminuição de postos de trabalho, ocorreu o sucateamento da empresa, que implicou na falta de investimentos em manutenção, treinamento e segurança. O resultado

foi aparecendo aos poucos, com acidentes de pequeno e médio porte acontecendo rotineiramente.

A direção da companhia ignorava os avisos e uma série de acidentes de gigantescas proporções aconteceu. O primeiro foi na Refinaria de Duque de Caxias, em 18 de janeiro de 2000, onde um duto que a ligava ao terminal Ilha d'Água, na Ilha do Governador, se rompeu e provocou um vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo nas águas da Baía de Guanabara. A mancha se espalhou por 40 km² e contaminou grande parte do ecossistema de mangues no entorno.

O segundo foi o vazamento nos rios Barigui e Iguaçu, considerado o maior acidente ambiental já registrado no estado do Paraná, o maior da empresa até então e o 4º maior na história da indústria do petróleo em termos de contaminação de água doce.

A série de graves acidentes terminou com o afundamento da P-36 e

a morte de 11 petroleiros. A tragédia aconteceu na madrugada do dia 15 de março de 2001. Ocorreram duas explosões em uma das colunas da plataforma, a primeira às 0h22m e a segunda às 0h39m. Depois das explosões, a plataforma tombou em 16 graus, devido ao bombeio de água do mar para o seu interior, o que causou o alagamento que levou ao naufrágio.

Os grandes acidentes legitimaram ainda mais a pauta do movimento sindical petroleiros pela recomposição do efetivo na Petrobrás e a partir do ano 2000 foram incluídas cláusulas nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) que previam a implantação de fórum corporativo de discussão de quadro funcional.

A primeira que teve seu efetivo debatido foi a Refinaria de Capua-va (Recap), no município paulista de Mauá. Na Repar, o processo de discussão se estende desde o ACT de 2004/2005, quando se definiu como a próxima unidade que passaria pelo estudo do efetivo. De lá para cá, muito se foi debatido e ocorreram muitas mobilizações da categoria. Houve algumas poucas contratações em 2004, mas mesmo com a capacidade de produção da refinaria quase dobrada, devido às obras de ampliação da unidade que terminaram em 2012, o efetivo permaneceu estagnado e nos últimos meses foi ainda mais re-

duzido devido ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e às transferências para outras unidades.

### FHC E O DOWNSIZING

A política de redução do efetivo da Petrobras começou no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, e se estendeu pelos seus dois mandatos à frente do Governo Federal. Naquele ano, a estatal contava com pouco mais de 50 mil trabalhadores próprios. Em 2001, último ano do governo neoliberal, o efetivo foi diminuído para 32.809 empregados. O saldo do downsizing de FHC foi que entre 1994 e 2004 ocorreram 46 acidentes com petróleo e derivados no país, 25 apenas nos anos de 2000 e 2001.

### RETOMADA INSUFICIENTE DO EFETIVO

A partir de 2002 as coisas começaram a mudar. O número do efetivo registrou aumento gradual a cada ano, partindo dos 40 mil de 2002 e chegando aos 86 mil em 2014. Percebe-se que o efetivo da companhia da década de 90 foi recuperado, entretanto, os níveis de produção atuais são imensamente maiores. Em 1994 a Petrobrás produzia cerca de 500 mil barris/dia. Já em 2014 a produção diária superou os 2,5 milhões de barris. Mesmo que se considere o avanço tecnológico, o efetivo atual está muito longe de ser suficiente para os atuais patamares de produção.





# A PETROBRÁS (BRAX)

## nos tempos de FHC

Quando aconteceu o vazamento na Repar, a Petrobrás passava por um processo de sucateamento para manchar a imagem da estatal perante opinião pública com o objetivo de facilitar o processo de privatização. O plano neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso caminhava a passos largos e empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e o Sistema Telebrás foram negociadas a preços muito abaixo do real valor de mercado.

Logo no início do primeiro mandato do presidente tucano, a resistência dos petroleiros impediu que a Petrobrás tivesse o mesmo destino. A ameaça de privatização e o descumprimento de acordos trabalhistas firmados pelo governo de Itamar Franco causaram a maior greve da história da categoria. Os petroleiros paralisaram as atividades durante 32 dias, entre maio e junho de 1995, e salvaram a estatal petrolífera da sanha neoliberal de FHC.

Mesmo assim, os tucanos passaram oito anos no poder tentando, de todas as formas, privatizar a nossa maior empresa, a Petrobras, criada em 1953 na esteira da campanha nacionalista “O petróleo é nosso”. As ações de FHC no poder mostram a gana do tucanato pelo ideário privatista. Em 1994, ainda como ministro da Fazenda de Itamar Franco, ele manipulou a estrutura de preços dos derivados de petróleo de forma que, nos últimos seis meses que antecederam a implantação do Plano Real, a Petrobras teve aumentos de combustíveis 8% abaixo da inflação, enquanto que as distribuidoras tiveram aumentos 32% acima da inflação. Com isso, houve uma transferência do faturamento da Petrobras para o cartel das distribuidoras, cerca de US\$ 3 bilhões anuais. Já como presidente, FHC pressionou a Petrobras para que ela assumisse os custos da construção do gasoduto Brasil-Bolívia, obra que beneficiava a Enron e a Repsol, donas das reservas de gás boliviano.

Ocorre que a taxa de retorno do gasoduto era 10% ao ano e o custo financeiro, 12%, mas a Petrobras foi obrigada a desviar recursos da Bacia de Campos – com taxa de retorno de 80% – para investir naquele empreendimento. A empresa também teve que assinar uma cláusula que a obrigava a pagar pelo gás boliviano mesmo que não o comprasse. Com isso, pagou

### PRIVATIZAÇÕES ENTRE 1994 E 2002

**70**  
**NACIONAIS**

**55**  
**ESTADUAIS**



por cerca de 10 milhões de metros cúbicos sem ter conseguido vendê-los.

Em 1998 o governo federal impediu a Petrobrás de obter empréstimos no exterior de emitir debêntures para a obtenção de recursos para novos investimentos. Ao mesmo tempo, FHC criou o Repetro (regime aduaneiro especial), isenção fiscal às empresas estrangeiras que importam equipamentos de pesquisa e lavra de petróleo, sem a devida contrapartida para as empresas nacionais. Com isso, cinco mil empresas brasileiras fornecedoras de equipamentos para a Petrobras quebraram, provocando desemprego e perda de tecnologia nacional.

Em 2000, o então presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, levou Pelé a Nova York para o lançamento de ações da Petrobras na Bolsa de Valores de Wall Street. O governo vendeu, então, 20% do capital total da estatal e, posteriormente, mais 16%, pelo valor total de US\$ 5 bilhões. No mesmo ano, os tucanos privatizaram a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) por meio de troca de ativos com a Repsol argentina, do grupo Santander, braço do Royal Scotland Bank Co. Nessa transação, a Petrobras deu ativos no valor de US\$ 500 milhões e recebeu ativos no valor de US\$ 500 milhões. Soma zero? Não, porque os ativos da estatal brasileira eram avaliados em US\$ 2 bilhões e os que ela recebeu passaram a valer US\$ 170 milhões, em razão da crise financeira da Argentina.

Mas a coisa não para por aí. No final do ano 2000, Reichstul anunciou para o ano seguinte a mudança do nome da Petrobras para Petrobrax, com o objetivo de facilitar o processo de internacionalização da empresa. Justificava o ato explicando que a terminação bras, no nome, a identificava

com a ineficiência das estatais. O discurso da ineficiência das estatais era a justificativa para a transferência de empresas altamente lucrativas para mão privadas. Apesar de contratar uma empresa, a Und SC Ltda, para fazer a nova logomarca, sem licitação (a lei de 1997 o permitia), ao custo de R\$ 700.000,00 à época, a Petrobras continuou sendo Petrobras. Cabe ainda salientar que o custo total do processo de transição ficou orçado em 50 milhões de reais.

Por fim, dois graves acidentes, ambos no ano 2000, simbolizam o que era a Petrobrás do nefasto governo FHC: o naufrágio da plataforma P-36, com 11 mortes e prejuízos de US\$ 2 bilhões, e o vazamento dos 4 milhões de litros de óleo cru nos rios Barigui e Iguaçu, com prejuízo em multas no valor de R\$ 1,4 bilhão.

### PRIVATIZAÇÕES ENTRE 1994 E 2002

70 empresas federais privatizadas e outras 55 estaduais também negociadas com a iniciativa privada. Este é o quadro sintético das privatizações na era FHC, incluindo aí também as privatizações realizadas no governo de Itamar Franco, no qual os tucanos tiveram uma ampla hegemonia. Somadas, as privatizações federais e estaduais, arrecadaram US\$ 87,477 bilhões, e transferiram dívidas de US\$ 18,076 bilhões, numa arrecadação total de US\$ 105,553 bilhões.

A venda das estatais foi parte de um processo de privatização selvagem do Estado. Não foi uma venda, mas sim uma doação. E o mais grave: os prejuízos se agigantam ainda mais quando, além do desvendamento dos aspectos mais imediatos e nebulosos das privatizações, consideram-se os aspectos estratégicos, que explicam a valorização monumental de muitas destas empresas desde que foram desestatizadas. Foram privatizadas empresas federais do setor siderúrgico (8), petroquímico (27), fertilizantes (5), elétrico (3), ferroviário (7), mineração (2), portos (7), bancos (4), telecomunicações (sistema Telebrás), e outros (5). Nos Estados foram vendidas empresas e participações minoritárias do setor elétrico (30), ferroviário (1), financeiro (8), gás (5), seguros (1), transporte (4), telecomunicações (3), saneamento (3).

Aloysio Biondi, em seu livro “O Brasil privatizado”, denuncia ainda outras perdas do Estado brasileiro no processo de privatização. Segundo suas pesquisas, o governo investiu US\$ 28 bilhões nas estatais nos anos que antecederam as privatizações; foram US\$ 16 bilhões de dívidas não transferidas; e mais US\$ 2 bilhões ficaram em caixa nas empresas privatizadas. Esses dados comprovam, de fato, que as privatizações não passaram de uma doação do patrimônio público ao setor privado.

**O governo investiu US\$ 28 bilhões nas estatais**

**nos anos que antecederam as privatizações;**

**foram US\$ 16 bilhões de dívidas não transferidas;**

**e mais US\$ 2 bilhões ficaram em caixa.**



# LEMBRAR E LUTAR para nunca mais acontecer

*Passados 15 anos dos maiores acidentes da história da Petrobrás, muita coisa mudou. A partir de 2002, com a troca de governo, a companhia tomou o caminho do crescimento. Os investimentos na empresa trouxeram resultados rápidos. Os níveis de produção aumentaram e a empresa quebra sucessivos recordes cotidianamente.*

No entanto, o ritmo de produção não foi acompanhado por uma ampliação equivalente do quadro de funcionários próprios. Se por um lado os acidentes de grandes proporções deixaram de acontecer, por outro os trabalhadores seguem em risco constante. De 2001 até agora, 230 petroleiros, entre próprios e terceirizados, morreram em acidentes de trabalho, mas, apesar disso, poucos foram os avanços nas questões de saúde e segurança. A lógica do lucro a qualquer custo prevalece e os gestores da empresa parecem não entender que a vida está acima de qualquer indicador econômico.

Programas como o PROCOP (Programa de Otimização de Custos Operacionais) restringem investimentos nas áreas de manutenção, saúde e segurança. O resultado é a sensação de insegurança, tanto com pessoas, quanto em relação às instalações, meio ambiente e comunidades nos entornos das unidades da Petrobrás.

A situação tende a se agravar com o novo Plano de Gestão e Negócios da empresa, aprovado pelo Conselho de Administração em junho deste ano. Trata-se de uma ameaça clara à sobrevivência da empresa como estatal, na medida em que prevê cortes de US\$ 89 bilhões de dólares em investimentos e despesas, além da venda de ativos de patrimônio da ordem de US\$ 57 bilhões.

O plano prevê que entre 2015 e 2019 a carteira de investimentos terá redução de 37% em relação ao planejamento anterior e priorizará projetos de exploração e produção (E&P) de petróleo no Brasil, com ênfase no pré-sal. Do total (US\$ 130,3 bilhões), 83% serão destinados à área de Exploração e Produção. O setor de abastecimento receberá 10% dos recursos previstos e o de gás e energia 5%. As demais áreas terão apenas 2% do orçamento. A própria Petrobrás divulgou que o plano tem como objetivos fun-

damentais “a redução do endividamento e a geração de valor para os acionistas”.

Redução de investimentos, priorização do lucro aos acionistas, venda de ativos e retração da empresa. A história parece se repetir e os efeitos já são conhecidos. Por isso, lembrar dos fatos que envolveram a Petrobrás há pouco mais de uma década é importante para não repetir os erros do passado. O momento que a empresa atravessa recoloca a categoria em alerta e conchama à luta em defesa da Petrobrás e do Brasil.

## FANTASMAS DO PASSADO mais presentes do que nunca



A cartilha da política de sucateamento da Petrobrás foi seguida à risca pelos gestores da Repar durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Nos anos que precederam o acidente, José Carlos Cosenza ocupava o cargo de gerente geral da refinaria. Ao seu lado, Cosenza tinha João Ricardo Barusso “Lafraia” como gerente de produção.

Cosenza aplicou as orientações de reduzir ao máximo os custos com manutenção e segurança na Repar com a habilidade de um verdadeiro gestor neoliberal. Para sua sorte, o desencadear de suas ações estouraram nas mãos de outra pessoa. Poucos meses após assumir a gerência geral da refinaria, Luís Eduardo Valente Moreira teve que lidar com o vazamento nos rios Barigui e Iguaçu. Em pouco menos de um mês após a tragédia, Valente foi retirado do cargo.

Passados 15 anos, Cosenza se aposentou há poucos meses, mas ocupava o cargo de diretor de Abastecimento da Petrobrás. Lafraia, seu fiel escudeiro nos tempos de sucateamento da refinaria, assumiu recentemente o cargo de gerente geral da Repar. Valente, por sua vez, ocupa a gerência executiva de Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde.

# DIA EM QUE O EXÉRCITO ENTROU

DOCUMENTÁRIO SOBRE A GREVE HISTÓRICA DE 1995



REALIZAÇÃO



PRODUÇÃO

*Abridor  
de Latas*

— COMUNICAÇÃO SINDICAL E INSTITUCIONAL —

## DESCUBRA COMO TUDO ACONTECEU

ACESSE



You  
Tube

/sindipetroprsc



# — REALIZAÇÃO —



@SindipetroPRSC



/sindipetroprsc

## CONTATOS

### **Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina**

R. Lamenha Lins, 2064 | Rebouças | CEP: 80220-080 | Tel (41) 3332-4554 | Fax (41) 3332-5215 |  
faleconosco@sindipetroprsc.org.br

### **Regional Paranaguá - PR**

R. Odilon Mader, 366 | Estradinha | CEP: 83206-080 | Tel (41) 3424-0255 | Fax (41) 3424-0255 |  
paranagua@sindipetroprsc.org.br

### **Regional Joinville - SC**

R. Elly Soares, 127, sl 2 | Floresta | CEP: 89211-715 | Tel (47) 3025-4014 |  
joinville@sindipetroprsc.org.br

### **Regional São Mateus do Sul - PR**

R. Paulino Vaz da Silva, 535 | CEP: 83900-000 | Tel (42) 3532-1442 | Fax (42) 3532-4203 |  
saomateus@sindipetroprsc.org.br